

B2 | Valor | Terça-feira, 16 de maio de 2023

Empresas Infraestrutura

Energia Empresa deve procurar novo aporte, entendimento com credores, inovações tecnológicas e maior envolvimento do governo

Além dos 'gatos', Light tem erros administrativos e regulatórios

Robson Rodrigues
De São Paulo

Profundo conhecedor do setor elétrico, o engenheiro Jerson Kelman tem uma posição privilegiada no debate sobre a recuperação judicial da Light: já foi presidente da empresa, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e atuou como interventor na Enersul, do grupo Rede. Da experiência de quem já esteve em vários lados da questão, Kelman avalia que a recuperação judicial é a melhor saída para proteger o caixa da companhia e não deixar colapsar o serviço à população.

Com situação financeira delicada, a Light acumula dívidas de R\$ 11 bilhões e chegou ao atual patamar pelo problema histórico de furtos, mas não só. Kelman coloca nessa conta também erros de diversas administrações e o desarranjo legal e regulatório do setor elétrico.

"Seria uma hipótese catastrófica uma concessionária de serviço público não conseguir proteger seu caixa. Isso significa que ela não vai conseguir prestar o serviço (...). A Aneel teria que intervir e isso é um processo muito traumático, difícil e que impõe muitos riscos ao interventor, já que ele é a única autoridade da concessionária", explica. Apesar de ser ruim para o mercado de capitais, ele lembra que a recuperação judicial preserva também as obrigações setoriais, já que a companhia terá de cumprir uma série de obrigações pa-

ra que seja mantida sua proteção contra as cobranças de credores.

Hoje a Light tem dívidas no setor elétrico de R\$ 1,4 bilhão com custos de transmissão e R\$ 6,2 bilhões com aquisição de energia. A empresa tem ainda R\$ 1,7 bilhão em PIS/CoFins para devolver este ano aos consumidores na fatura em menores revisões tarifárias. Ele alerta ainda que é fundamental que a empresa restabeleça o equilíbrio econômico-financeiro, sob o risco de que outros serviços essenciais possam ser afetados.

"O grupo Light tem a holding e duas subsidiárias: uma de distribuição e outra de geração. O problema é que se houver uma contaminação da crise em geral, isso pode chegar na geradora. Ateríamos uma dupla contingência de risco, que seria problema de energia e de água", diz. Isso porque uma usina da Light faz a transposição da água do rio Paraíba do Sul para o Guanabara, garantindo a segurança hídrica do Rio de Janeiro.

Ele pondera que algumas das ações recentes da companhia deixaram um grande número de credores temerosos e descontentes, como a liminar que a Justiça concedeu suspendendo as obrigações financeiras. A ação, segundo Kelman, foi correta já que um grupo pequeno de investidores fazia uma corrida ao caixa da empresa, o que poderia levar ao caos no concessão de distribuição de energia no Rio de Janeiro.

Com a notícia de que a Justiça aceita o pedido de recuperação judicial nesta segunda-feira (15),

56%
É a perda comercial, incluindo furtos

a expectativa é que a proposta aos credores seja apresentada antes do prazo de 60 dias previsto em lei, com a aprovação de uma solução para seu endividamento ainda em 2023.

"A administração deve procurar aporte de capital, um novo entendimento com os credores, buscar inovações tecnológicas que permitam diminuir perdas e furtos e envolvimento do governo do Estado no processo", diz.

Para este último ponto, seria necessária maior mobilização da polícia em áreas onde o Estado não consegue exercer o controle. Já que o nível de perdas comerciais, onde se encaixa o furto de energia, é da ordem de 56%. A Aneel reconhece na tarifa um nível de furto de 38%. Isso significa que 38% da energia que foi comprada pela Light pode ser ressarcida pela tarifa dos demais consumidores que não roubam. A diferença é assumida pela empresa. Estima-se que essa perda em 2022 foi de R\$ 1 bilhão.

Outro objetivo é diminuir o desperdício com uma fatura que as pessoas possam pagar por meio da aplicação da tarifa social, independente se o consumidor está inscrito no cadastro único, a fim de mudar a cultura de furto de energia no Rio de Janeiro. Segundo a Aneel, quase 830 mil unidades

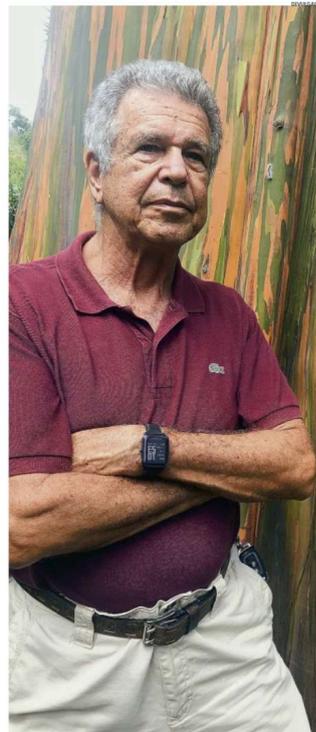
consumidoras residenciais de baixa renda recebem o benefício.

Kelman aponta ainda equívocos de várias administrações, como quando a Light premiou equipes de campo para combater o furto com fim de maximizar o faturamento, o que contribuiu para um estoque de 50 mil ações de clientes contra a empresa. Ele sugere que o Estado poderia tentar, em algumas áreas, só cobrar o ICMS das faturas recebidas e não das emitidas, já que o imposto é pago na emissão e não no recebimento.

O engenheiro aponta a necessidade de mudança regulatória do setor elétrico, que tem criado uma espécie de "espiral da morte" do mercado das distribuidoras. A abertura do mercado livre de energia, que permite que o consumidor possa escolher o fornecedor da eletricidade, e a geração distribuída (com a instalação de painéis solares) têm atraído consumidores que são atendidos pelas distribuidoras.

Com a migração de consumidores para outro ambiente de contratação, os custos das distribuidoras com a compra de energia acabam sendo divididos por um número menor de clientes que permanecem na base de clientes das companhias.

No caso da Light, a empresa carrega usinas com custos mais altos de geração, como a hidrelétrica de Itaipu, as usinas nucleares de Angra dos Reis, por exemplo, enquanto que os consumidores que migram para o mercado livre ou geração distribuída pagam uma energia mais barata.



Kelman diz que recuperação judicial foi para proteger serviços públicos



Fábio Couto
Do Rio

O pedido de recuperação judicial do grupo Light, aceito na segunda-feira (15) pela 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, é o melhor caminho para manter a qualidade das operações, afirmou o presidente da empresa, Octávio Lopes. De acordo com o executivo, o entendimento era de que a negociação mediada do passivo seria menos custosa para a companhia, mas um "pequeno grupo belicoso" de credores quis dificultar as conversas. Como distribuidoras de energia não podem recorrer à recuperação judicial por vedações legais, o mecanismo foi usado pela holding, diante da visão de que o grupo é solidário na dívida.

A empresa tem passivo na casa

de R\$ 11 bilhões, a maior parte ligada a debêntures. Antes de pedir a recuperação judicial, a companhia obteve na Justiça, em meados de abril, suspensão das dívidas, por 30 dias, para negociar com os credores. Um grupo de 26 gestoras de investimentos que somam R\$ 4,7 bilhões em debêntures, detidas por 33 mil pessoas físicas, recorreu para suspender a cautelar.

Apesar de agressividade, parte de pequeno grupo de credores, tiveram conversas com parcelas relevantes de investidores e teremos proposta construtiva", disse Lopes, em teleconferência sobre resultados do primeiro trimestre. Procurado, o grupo de debenturistas da Light respondeu: "É este grupo que sofre com uma campanha de desinformação promovida pelos administradores da

Light, cujo último desdobramento foi o pedido ilegal de uma recuperação judicial, com ações que parecem ter sido premeditadas para beneficiar os acionistas em detrimento dos credores."

Ele prosseguiu: "Sobre ser belicoso, o grupo não pode se calar diante das violações diretas da lei — tanto a cautelar como a recuperação são ilegais. Afinal, atos ilegais devem ser contestados. Uma concessionária de serviços públicos não pode pedir recuperação judicial". O grupo, que representa mais de R\$ 5 bilhões em investimentos de mais de 3 milhões de pessoas, disse que a Light nunca se interessou em negociar, sem apresentar proposta mesmo durante a liminar.

Segundo o executivo da distribuidora, a Light pretende manifestar o interesse ainda neste mês na

renovação da concessão da companhia, que vence em 2026. Pelas regras do setor, distribuidoras têm que informar ao Ministério de Minas e Energia (MME) se renovarão ou não os contratos de concessão. A pasta tem 180 dias para se manifestar sobre aceitação ou não do pedido, o que está previsto para 2024. Para Lopes, a Light espera que o desfecho da recuperação judicial se dê antes da decisão sobre a renovação das concessões.

A empresa vai buscar um tratamento diferenciado para áreas consideradas de restrições operacionais severas. A proposta de renovação da concessão, disse ele. Disse também que a companhia está adimplente com as obrigações setoriais, como o pagamento de encargos. O executivo descartou que a Light vá vender a subsidi-

diária de geração como parte da reestruturação da dívida.

O diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, Eduardo Gotilla, destacou que a empresa tem definida a devolução de R\$ 1,7 bilhão em créditos de PIS/CoFins para os consumidores nas tarifas para este ano, com outros R\$ 3 bilhões a serem ressarcidos nos próximos anos.

A devolução do PIS/CoFins foi antecipada, por lei, no ano passado e foi um dos principais motivos da recuperação judicial. Já o furto de energia vem crescendo ano após ano, disse Gotilla. A empresa possui no fim de março um nível de perdas 22 pontos percentuais acima do limite fixado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), correspondendo a uma perda financeira de R\$ 582 milhões.

Curtas

Aramco compra Valvoline
A Aramco concluiu a compra da Valvoline, negócio de mais de US\$ 2,6 bilhões. A Valvoline Inc. permanecerá com a marca para negócios de varejo, enquanto a Aramco assume os produtos, in-

cluindo lubrificantes. Segundo o vice-presidente executivo de pós-produção da Aramco, Mohammed Y. Al Qabani, o negócio contribui para o avanço da estratégia internacional de crescimento em lubrificantes e al-

canará a produção global de óleos básicos da companhia. Em nota, o presidente da Valvoline Inc., Sam Mitchell, disse que, a partir da venda do negócio de produtos globais, cada empresa vai se dedicar à sua estratégia.

Marquise muda comando
O grupo Marquise, que atua nos setores de infraestrutura, ambiental, imobiliário e shopping centers, informou na segunda-feira (15) que está profissionalizando a gestão, após qua-

se 50 anos comandado pelos acionistas Erivaldo Arraes e José Carlos Pontes. A partir de 5 de junho, Hamilton Amadeo assumirá o cargo de CEO da companhia. Amadeo tem uma longa carreira no setor, tendo presidi-

do por dez anos (2010 a 2020) o grupo Aegea, o maior operador privado de saneamento do país. Ele tem experiência ainda no setor de concessões e PPPs de infraestrutura, conforme comunicado da Marquise.

A disrupção que precisa acontecer

Gestão

No começo do mês, no festival de inovação no Rio de Janeiro, dividi palcos com Ana Bógus, presidente da Havaianas para a América Latina, no Corporate Innovation Summit, e Ana Buchaim, vice-presidente da B3, no Web Summit. Não fomos exceções: foram muitas as

mulheres a levantar diferentes (Tigre). E desafiando a tese de que tecnologia é 'Clube do Bolinha', lá também estiveram palestrantes como as CEOs de startups Juliana Scarpa (FRST) e Mariana Vasconcelos (Agrosmart).

Sim, muitas vozes femininas falaram alto e em bom som no encontro de inovação no Rio—

O ranking 'Fortune 500' teve, neste ano, 53 executivas no posto de CEO das maiores empresas do mundo — enfim superada a barreira dos 10%. E o Fórum Econômico Mundial mostrou que, em 146 países, empreendimentos administrados por mulheres cresceram 41%, ante alta de 22%

WoMakersCode ajudam a mudar o placar no Brasil ganhando o nome de MaisMulheres.Tech e quer capacitar 100 mil mulheres na área de tecnologia. Mas é preciso esforço concentrado para o equilíbrio da balança, permitindo às empresas aproveitarem o pleno potencial da diversidade como

combustível para maior produtividade e engajamento.

que existe entre e em nós, como bem disse Fátima Schuchaus, da IBM, no Web Summit. "Não existe inovação sem diversidade e as mulheres são parte fundamental deste processo".

Agora na Quarta Revolução Industrial, marcada pelo uso massivo de dados, a disrupção que ainda precisa acontecer